

## Editorial

A Revista RET-SUS começa 2007 com novidade. Nesta edição, você conhecerá uma nova seção, o **abc Saúde e Educação**, um glossário que poderá ser destacado da Revista e ajudará você a entender melhor alguns dos principais temas relacionados à Educação Profissional em Saúde. Ficou curioso? Vá correndo espiar as últimas páginas!

Na capa, os dez anos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) são analisados por especialistas da educação. E, rumo ao Nordeste, você saberá como as nove ETSUS trabalham as especificidades de seus municípios e como levam a formação técnica para o interior do Brasil.

Por fim, a Revista também está recheada de perfis. Você vai conhecer a trajetória da ESP-MG, que completou 60 anos e comemorou com uma grande reforma, da ETSUS Blumenau, com 50 aninhos, além de saber mais sobre a construção das novas sedes da ETSUS Pará e da ETSUS do Mato Grosso do Sul.

Quanta coisa, não é? E tem mais novidade em março. Aguarde.

**Renata Reis**

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS



Olá! Gostaria de parabenizar a todos os editores pelas matérias e notícias publicadas. Abraços e Sucesso!

**Fabiolla**

A Revista RET-SUS é uma referência para todo profissional da área de saúde. Parabéns!

**Joânio Lopes Martins**

Serra Branca – Paraíba

Sou estudante do curso Técnico em Enfermagem. Conheci a Revista RET-SUS através do Google e adorei as reportagens!

**Elaine Cristina Rodrigues**

Campinas – São Paulo

Sou ACS de Passos, Minas Gerais, e agradeço por saber, através da Revista RET-SUS, um pouco mais sobre o trabalho do ACS de outras localidades.

**Elisângela Carolina dos Santos**

Passos – Minas Gerais

## cartas

Vocês fazem um ótimo trabalho, no site e na Revista. Tenho aprendido muito sobre o SUS com vocês. Parabéns! Fica apenas uma sugestão: seria ótimo se pudessem divulgar as oportunidades de emprego, consultoria e pesquisas que surgem nas Escolas Técnicas. É possível?

**Soraya Fleischer**

Gostaria de parabenizá-los pela Revista. Sou enfermeira e trabalho em PSF. Levo todas as edições que recebo para discussão com a equipe e a experiência tem sido ótima!

**Elisabeth Mallet Molnar**

Sou aluna no curso de Registro e Informações em Saúde/EPSJV. As publicações da Revista têm me ajudado no entendimento do SUS e no desenvolvimento de cidadania.

**Marcia Cristina Santos Ribeiro**

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

# CAIU NA REDE É PEIXE!

caco



# ETSUS da região Nordeste fazem Educação

## Escolas Técnicas do SUS atendem às especificidades

De um lado, a zona da mata e o oceano Atlântico. De outro, o rio São Francisco e o sertão. Mesmo ocupando um território geograficamente semelhante, os nove estados da região Nordeste procuram incluir nas discussões feitas em sala de aula informações que ajudem os técnicos do SUS a atender melhor o cidadão. Para isso, contam com a ajuda dos professores de vários municípios para que o perfil epidemiológico e cultural das regiões sejam trabalhados na concentração e na dispersão dos cursos.

O Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (CEEPS), no Piauí, que começou em julho de 2006 a primeira etapa do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde nos 26 municípios do estado, já fez adaptações no currículo para atender às regionalidades. Para que os ACS estivessem mais bem preparados para orientar as famílias sobre desnutrição infantil e aleitamento materno, a Escola, além de utilizar as apostilas-padrão do curso, distribuiu dois *Kits* da Família Brasileira Fortalecida – cinco livros produzidos pelo Unicef sobre a saúde da criança – para cada equipe do Programa de Saúde da Família (PSF). “Esse material está sendo de grande utilidade na orientação das gestantes. O ACS explica, por exemplo, que o aleitamento exclusivo deve ser feito até o bebê completar seis meses”, explica Conceição Santos, coordenadora da ETSUS Piauí na Secretaria Estadual de Saúde.

No município de Campo Maior, a 84 quilômetros de Teresina e com cerca de 43 mil habitantes – 84,77% vivem na zona rural –, as doenças mais comuns são diarreia, verminoses, desnutrição, anemia e hipertensão. Segundo a professora Rosângela Cavalcanti, depois do curso, os ACS ficaram mais envolvidos com a comunidade e criaram uma estratégia para orientar a população. “Os alunos da área rural de Cocal de Telha, por exemplo, depois de diagnosticarem que o maior problema da região é a hipertensão, organizaram palestras para esclarecer a comunidade sobre essa doença”, conta Rosângela. Em Castelo do Piauí, a 140 quilômetros da capital, os ACS foram a campo para atualizar suas fichas e descobriram que a maioria das crianças não era amamentada até completar seis meses. “No final do ano passado, os agentes fizeram o plano de acompanhamento da gestante, que será colocado em prática ainda em janeiro. Os ACS farão oficinas com as mulheres grávidas para explicar sobre a importância do aleitamento e ensinar os cuidados que elas devem ter com o recém-nascido”, explica Rosineide Lima, professora na região.

A Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (ETESPPE) teve que lidar com a falta de verba para o transporte dos ACS da capital e do interior. “No Recife, achamos que não iríamos precisar deslocar nossos agentes de suas comunidades, mas só conseguimos salas de aulas em escolas distantes. Por isso, fizemos uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, que pagou metade do transporte dos ACS. A ETSUS pagou o restante e eles puderam se locomover sem custos durante os seis meses de duração do curso”, disse Áurea Vasconcelos, coordenadora pedagógica da formação do ACS. Na maioria dos municípios do interior, essa parceria não se repetiu. Em Santa Maria da Boa Vista, os agentes comunitários pegavam carona para sair da zona rural para assistir as aulas. “Mas nós dávamos uma bolsa-aluno de R\$ 15 para ajudar no transporte e no lanche, ação que constava do projeto aprovado pelo Ministério da Saúde”, afirmou Áurea.

Os alunos da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis, da Bahia, também superaram as distâncias para frequentar as aulas da ETSUS. No oeste do estado, o cavalo é o principal meio de locomoção dos auxiliares de enfermagem que moram na zona rural do município de Cocos – a aproximadamente 1.500 quilômetros de Salvador. “Em Cocos, dávamos aula no hospital onde os auxiliares trabalhavam. Os trabalhadores que não estavam de plantão no dia do curso tinham que cavalgar por meia hora para chegar ao hospital”, lembrou Valdete Botelho, supervisora pedagógica da ETSUS Bahia. “Para que eles pudessem assistir aula durante os plantões, transformamos uma enfermaria em sala de aula e, de vez em quando, os auxiliares saíam da sala para dar uma olhadinha nos pacientes”, contou.

ACS de Canindé de São Francisco em reunião com a comunidade



Em Arataca, no sul da Bahia, os alunos do Proformar conseguiram mudar a realidade local. “Eles diagnosticaram que o principal problema do município é a esquistossomose. Fizeram um documento com sugestões de saneamento básico e conscientização da comunidade e entregaram para os gestores locais, que se sensibilizaram para o caso. Os alunos fizeram uma peça para a comunidade e, logo após a apresentação, a prefeitura começou a tirar os caramujos do córrego que atravessa a cidade. Depois disso, uma obra de saneamento foi iniciada na região”, contou a supervisora da ETSUS.

A Escola Técnica do SUS em Sergipe, fundada em julho de 2006, iniciou suas atividades com o primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde e já percebeu a mudança de comportamento dos ACS nas comunidades em que atuam. Em Canindé de São Francisco, os 43 agentes que participam do curso da ETSUS aprenderam a fazer o planejamento das visitas e a identificar os casos que precisam de encaminhamento para o posto do PSF. Além disso, vão colocar em prática já em março o plano de ação elaborado a partir do diagnóstico que fizeram da região. Segundo Lisângela Marinho, coordenadora do PSF do bairro de Agrovila e professora do curso, os agentes identificaram como problemas o aumento do aleitamento misto, a gravidez precoce e o alto índice de diarreia. “Uma das primeiras ações desenvolvidas pelos ACS foi a realização de palestras para orientar a população. Eles explicaram, por exemplo, que o aleitamento não deixa os seios caídos como pensam

# Profissional em Saúde do sertão ao litoral

## dos alunos do sertão, da zona da mata e do litoral

muitas mães. E, em parceria com as escolas municipais, orientaram os adolescentes a usar preservativos para evitar as doenças sexualmente transmissíveis”, explicou Lisângela. No combate à diarreia, os ACS já perceberam o impacto do seu trabalho. “Eles conseguiram reduzir em 25% os casos de diarreia em crianças menores de dois anos”, contou a professora.

Em Riachuelo, a 29 quilômetros de Aracaju, os alunos do curso de ACS enfrentaram com criatividade o analfabetismo da maioria dos habitantes. Ao fazerem o diagnóstico da comunidade, descobriram que cerca de 58% dos diabéticos e hipertensos não tomam o medicamento correto por confundirem as embalagens. “Os ACS fizeram um plano de ação chamado ‘Dia de arco-íris’, que consiste em distribuir frascos com etiquetas coloridas para representar cada medicação. O pote com as pílulas para hipertensão leva o adesivo vermelho e o para diabetes, o azul. Além disso, foram colados adesivos com o sol nos remédios que devem ser ingeridos pela manhã, um sol se pondo para os da tarde e uma lua para os da noite”, explicou Maria Aparecida de Oliveira, professora da ETSUS.

Na Paraíba, o Centro Formador de Recursos Humanos começou em setem-

bro de 2006 a formação dos agentes comunitários de saúde do estado. Antes que os professores pudessem entrar na sala de aula, a supervisora pedagógica da ETSUS, Ana Paula Rodrigues, falou durante a capacitação pedagógica sobre a importância de conhecer a realidade local e trabalhar com suas especificidades. “Queremos que nossos docentes enfatizem no curso a realidade local dos ACS para que eles criem cumplicidade com a comunidade e possam atender às suas demandas”, explicou Ana, que acompanha o trabalho de cada município. “No município de Mari, por exemplo, os ACS fizeram um trabalho sobre as características das famílias da região em forma de cordel, literatura comum da região. Durante a apresentação, ficamos sabendo, por exemplo, que a maioria das famílias são poligâmicas”, contou a supervisora.

Em Conceição, cidade do sertão da Paraíba, na primeira dispersão da turma do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, os alunos descobriram que a maioria das doenças da população rural é decorrente do não-tratamento da água. “Os agentes começaram a fazer palestras com a comunidade para dar orientações sobre o uso do hipoclorito na limpeza da água retirada do poço”, disse Ana Paula. Na cidade, o crescimento de hipertensos também mobilizou os ACS, que falam sobre a doença em escolas, igrejas e associações.

Em Natal (RN), o Centro de Formação Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manuel da Costa Souza (Cefope) está atendendo a uma demanda antiga do estado. Em julho de 2006, a Escola abriu a turma-piloto do curso de Gestão dos Serviços de Saúde, com profissionais da área administrativa dos cinco hospitais da capital. Já a ETSUS Maranhão, como noticiado na edição anterior da Revista RET-SUS, inaugurou sede própria em dezembro e já se prepara para iniciar o primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Para atender às especificidades dos 217 municípios do estado, a Escola está desenvolvendo uma pesquisa sobre o perfil dos técnicos maranhenses.

Na Escola Técnica de Saúde Profª

Valéria Hora (ETSAL), em Alagoas, a turma de ACS do município de Marechal Deodoro apresentou no seminário de conclusão do curso o trabalho ‘Processo saúde-doença’, sobre as doenças que surgiram no povoado de Tuganduba devido à falta de saneamento básico. “Como as casas não têm água encanada, a população usa a água do rio Catita para tomar banho e cozinhar. Os ACS diagnosticaram doenças de pele e verminoses nessa região, sensibilizando a Secretária Municipal de Saúde, que prometeu resolver a situação”, contou Daniely Rodrigues, professora do curso. Em Maceió, ao final do curso de Complementação para Técnico de Enfermagem, os trabalhadores do Hospital Escola Portugal Ramalho apresentaram no seminário do final de curso uma avaliação sobre o convívio entre os portadores de transtorno mental e os viciados em drogas. “Antes do curso, os auxiliares não paravam para observar como poderiam contribuir para a melhora dos serviços. Ao final do curso, durante o módulo que inclui a ‘Introdução à Pesquisa’, os alunos chegaram à conclusão de que seria melhor para os pacientes se os usuários de drogas fossem separados dos portadores de transtornos mentais. Além disso, propuseram uma capacitação específica para os trabalhadores que ficam responsáveis pelos dependentes químicos”, explicou Adailton Isnal, diretor da ETSAL.

No Ceará, os alunos do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, depois de diagnosticarem o principal problema de suas comunidades, elaboraram um plano para mudar os hábitos da população. “Em Canindé, por exemplo, os alunos se surpreenderam com os altos índices de acidentes de trânsito por causa do não-uso do capacete em motos. Nas visitas, perceberam que muitas famílias tinham pessoas com fraturas e pinos. A partir desse diagnóstico, os ACS fizeram um documento propondo palestras educativas em parceria com os médicos do PSF, com o Detran e com a guarda municipal”, contou André Moura, instrutor regional do curso. ■



Recolhimento dos caramujos em Arataca

# Lei de Diretrizes e Bases da

## MEC quer avaliar uma década da LDB

Uma das propostas do programa de governo do Presidente reeleito Luis Inácio Lula da Silva é realizar uma Conferência Nacional de Educação para, dentre outras coisas, avaliar a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O momento parece propício, já que, em dezembro de 2006, a LDB completou dez anos de existência e, em dezembro deste ano, encerra-se a Década de Educação.

A LDB tramitou por oito anos no Congresso Nacional e, durante esse período, sofreu muitas modificações. Dermeval Saviani, pesquisador da Unicamp na área de Educação, e um dos maiores críticos dessa legislação, diz que o projeto original, apresentado na Câmara dos Deputados por Otávio Elisio (PSDB), tinha inspiração socialista, tornou-se social-democrata logo nas primeiras mudanças e, no final, foi aprovado com um perfil liberal. “A função de mascarar os objetivos reais através dos objetivos proclamados é exatamente a marca distintiva da ideologia liberal”, diz ele, no artigo ‘A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas’. Como quase tudo que diz respeito à LDB, as opiniões são divididas. Zuleide Teixeira, assessora técnica da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que era integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na época da tramitação da LDB, concorda. “Sem dúvida, a inspiração liberal tomou corpo, especialmente a partir de 1995. Negou-se quase totalmente o processo de reflexão e discussão vivido de 1988 a 1993, alvo de uma ‘conciliação oculta’, ou seja, restrita a pequenos grupos instalados no poder e junto dele”. Já o consultor educacional Francisco Cordão acha que essa é uma avaliação injusta. “Não vejo com tanta clareza essas modificações. Essa visão é muito difundida, mas não faz justiça às orientações verdadeiramente democráticas da atual LDB. Por outro lado, a versão final da LDB frustrou muitas das aspirações corporativistas presentes nas suas versões anteriores e isso tem provocado distorções de interpretação de suas propostas ao longo desses dez anos de prática educacional”.

Polêmicas são o que não faltam quando o assunto é avaliar a LDB. A começar pelo próprio aniversário. Claro que não há dúvida sobre a data em que a lei foi promulgada, mas muita gente a classifica como “minimalista”, ou seja, uma lei que deixou espaços abertos e, portanto, continuou sendo regulamentada até muitos anos depois. No prefácio da 6ª edição do livro ‘A nova lei da educação’, já em 2000, Saviani lembrava que a reforma que a LDB representava ainda não havia sido concluída. “Transcorridos já três anos e três meses da promulgação da nova LDB, o processo de sua regulamentação ainda não se completou”, diz ele. O que Saviani e outros chamam de minimalista, Darcy Ribeiro, educador e personagem importantíssimo do processo de criação da LDB, classificava como um texto “enxuto e direto”. O secretário substituto de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), Getúlio Ferreira, também discorda dessa classificação. “Considerar a LDB como minimalista é desqualificar um momento histórico importante do país”, opina. Francisco Cordão vai além e diz que a lei parece minimalista para alguns porque deu mais liberdade e, conseqüentemente, exigiu mais responsabilidade dos atores envolvidos na educação. “A LDB radicalizou suas propostas de descentralização, em prejuízo das propostas centralizadoras, que implicam a definição de um conjunto orgânico de normas, difundidas às bases do alto da burocracia nacional, por meio de decretos, resoluções, portarias e demais atos normativos”, opina. Mas o que muita gente argumenta, quando critica a LDB, é exatamente que essa regulamen-

tação foi feita em grande parte por decretos, portanto, de forma centralizada, de cima para baixo. “Uma lei ordinária de diretrizes e bases deveria mesmo gerar um processo contínuo de regulamentação para ser executada de forma permanente e contextualizada”, acredita Zuleide. Mas completa: “A dificuldade central se dá quando esses espaços deixados em aberto significam ausências ou mesmo distorções de conceitos, como ocorreu, por exemplo, com a referência ao Sistema Nacional de Educação, o processo de avaliação do ensino superior, a desvinculação entre o profissional e o acadêmico, a retirada de itens que traziam garantias para que os trabalhadores mais pobres pudessem ter acesso e permanecer nos estudos, dentre outros”.

Cada um desses exemplos aponta pontos polêmicos da LDB e remetem às mudanças (positivas ou negativas) por que ela passou, tanto nos oito anos de tramitação quanto nos dez anos de implantação. Mas essa é uma história que merece ser contada do início.

### Uma lei, diferentes projetos

O primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi apresentado à Câmara dos Deputados, em 1988, pelo deputado Octávio Elisio (PSDB). Era o governo de José Sarney e as organizações sociais, recém saídas de uma longa ditadura militar, buscavam se envolver nos debates. “Um dos pontos mais ricos do processo de criação da LDB foi o aspecto democrático, quase único na área. Tanto pelo fato de o projeto de lei ter sido de iniciativa do Poder Legislativo e não do Executivo, como historicamente acontecia, quanto pela participação intensa da sociedade civil educacional”, lembra Zuleide. Tanto que o projeto submetido à Câmara foi discutido e aprovado na Reunião da As-



# Educação completa dez anos

## que ainda causa polêmica e divide opiniões

sociação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped) daquele ano.

Jailson dos Santos — professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que defendeu recentemente uma tese de doutorado em que analisa, com detalhes, o processo de criação da atual LDB — nos conta que aquele era um projeto marxista de educação. Segundo Saviani, isso significava defender uma formação que, em relação ao ensino fundamental, tentasse aproximar o indivíduo e o cidadão; no ensino médio, pensasse o trabalho como integrante da essência humana e, portanto, superasse a contradição entre o homem e o trabalho; e, por fim, que pensasse o ensino superior como responsável por organizar e viabilizar a participação de todos na vida cultural, independentemente de profissão. Jailson, que se concentrou mais no segmento da Educação Profissional, diz que esse projeto de LDB era sustentado por dois conceitos principais: **omnilateralidade e politecnia**. “A perspectiva era formular um sistema educacional em que a educação se desse na relação entre teoria e prática, a partir da visão de escola única de Gramsci”, explica, referindo-se ao filósofo italiano. Um dos grandes defensores da concepção de educação prevista nesse projeto era o sociólogo Florestan Fernandes, que era também deputado nessa época.

Já na Comissão de Educação da Câmara, o projeto sofreu modificações, resultado, segundo Jailson, da oposição do que ele chama de “forças políticas de direita”. “Diziam que o projeto tinha uma visão totalitária, com o argumento de que vivíamos um novo contexto social por causa da crise do socialismo real. O discurso era de aparente neutralidade: criticava-se, mas sem deixar claro o que seria posto no lugar”, conta.

Mudanças nesse projeto origina-

ram o substitutivo elaborado por Jorge Hage (PMDB), que recebeu 1.263 emendas e, por isso, teve que retornar à discussão das Comissões. A nova relatora foi a deputada Ângela Amin (PDS), que incorporou várias dessas emendas com as quais a proposta foi aprovada na Comissão de Educação em 1990. “Nessa versão, já desmantelaram a visão marxista da proposta original, cortando uma das pernas que sustentava a concepção de educação básica: a formação omnilateral, na qual se fundava a politecnia”, explica. Era época do governo Collor e, segundo Jailson, houve um movimento do Poder Executivo para tornar a tramitação mais lenta. A sociedade civil, representada principalmente pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, pressionava, fazia atos públicos e pedia urgência na votação.

Mesmo com todas essas alterações, o texto estava em fase final de tramitação quando surgiu, em 1992, um outro projeto de LDB, dessa vez no Senado. O senador que apresentou a proposta representou um divisor de águas para a criação da LDB, e uma surpresa

para muitos setores da educação naquele momento: Darcy Ribeiro. Essa foi, na opinião de Jailson, a “fase mais aguda da complexa tramitação da LDB no Congresso Nacional”.

No ano seguinte, o projeto de Darcy Ribeiro recebeu parecer favorável da Comissão de Educação do Senado e o Congresso viveu a estranha situação de ter duas propostas de LDB tramitando ao mesmo tempo, uma em cada Casa Legislativa. Mas o projeto mais antigo — cheio de emendas e modificações — já tinha saído da Câmara e chegado para votação no Senado. Lá, foi encaminhado para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como relator ninguém menos do que Darcy Ribeiro. O senador criou um substitutivo que, segundo Jailson, era muito parecido com o texto do outro projeto, de autoria do próprio Darcy. O projeto voltou à Câmara dos Deputados e foi votado em 17 de dezembro de 1996. Três dias depois, foi sancionado pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tornando-se a Lei 9.394. De acordo com a pesqui-

### Omnilateralidade e Politecnia

“(Politecnia) refere-se a um conceito central do pensamento pedagógico que toma o trabalho como princípio educativo. Ele compreende uma avaliação crítica da visão pragmática e instrumentalista das relações entre educação e trabalho e do dualismo entre ensino geral/acadêmico e ensino profissional, que seriam expressões da divisão social do trabalho. Do conceito de politecnia surgem propostas sobre a formação omnilateral (do latim *omnis* = tudo e *latus* = lado, significa desenvolvi-

mento integral do homem) a partir da integração e prática, da cultura geral e tecnológica e das diversas dimensões do processo educativo (intelectual, tecnológico, físico, estético, ético, lúdico, etc.). Isso não significa ensinar tudo, mas orientar o processo de ensino/aprendizagem pelo princípio ontológico da totalidade.”

\* Fonte: Fernando Fidalgo e Lucília Machado - *Verbete: Politecnia/Monotecnia* do Dicionário da Educação Profissional.

sa documental que Jailson fez para a tese, o Executivo teria participado ativamente do processo de construção e aprovação dessa proposta. “O projeto do Darcy Ribeiro era mais suscetível às reformas que o governo FHC queria implementar, deixando as coisas soltas para regulamentar depois”, opina. Para o pesquisador — que está do lado dos que têm muitas críticas à LDB —, esse resultado era uma “tragédia anunciada” já muitos anos antes. Sem medo de causar polêmica, ele defende que o projeto de Otávio Elísio, aquele de perfil marxista, já entrou na Câmara derrotado porque a “correlação de forças” era desfavorável. “Muitas vezes, romantizamos o papel e o poder de pressão da sociedade civil. Mas quem decide, no final, é o plenário do Congresso”, opina. Além do mais, na opinião dele, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública tinha consenso em relação a questões mais gerais, como aquelas que diziam respeito à maior democratização da educação, à realização de eleições, dentre outras. Mas Jailson acha que nem todas as instituições que compunham o Fórum defendiam exatamente os princípios socialistas que marcavam o projeto original. “Havia conflitos internos em relação à concepção de educação. Já as forças de direita eram coesas, não tinham conflito algum”, explica.

## Entendendo a LDB

Depois de todo esse longo processo, um projeto saiu vencedor. E foi ele que completou dez anos em dezembro passado. Para que a comemoração seja também um momento de avaliação da lei, é preciso conhecer o que educadores apontam, em geral, como os seus pontos mais críticos e mais positivos.

Uma queixa recorrente diz respeito à não-criação de um Sistema Nacional de Educação, como existe, por exemplo, na Saúde. “Isso dificulta especialmente a geração de um processo democrático de formulação de políticas e planejamento; de implementação, acompanhamento e avaliação dessas políticas públicas; e de um sistema justo de controle na aplicação dos recursos financeiros em todas as instâncias”, explica Zuleide. Hoje, a LDB estabelece, no artigo 8º, que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organi-

zarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”. Para Zuleide, não é suficiente: “Os que vivem o cotidiano do processo formativo conhecem as dificuldades da articulação e da prática de um ‘regime de colaboração’ entre os níveis e modalidades de ensino, obviamente resultantes da formação desses guetos que se constituem em as redes de ensino públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, muitas vezes se utilizando de uma autonomia fantasma”, critica. Cordão diz que a LDB já define as bases para que cada ente federado organize seu sistema de ensino. “O que falta para criarmos o aspirado Sistema Nacional de Educação, velha reivindicação, desde os Pioneiros da Educação Nova, é a regulamentação do artigo 211 da Constituição Federal do Brasil. Ainda estamos devendo isso à nação”, explica. Mas Zuleide aponta um outro caminho para a solução desse problema. Segundo ela, existe, na Câmara, uma Proposta de Emenda Constitucional de autoria do deputado Carlos Abicalil (PT), que modifica o artigo 23 da Constituição. “Mas não se observa grande interesse da Casa em dar o encaminhamento necessário a esse debate”, lamenta.

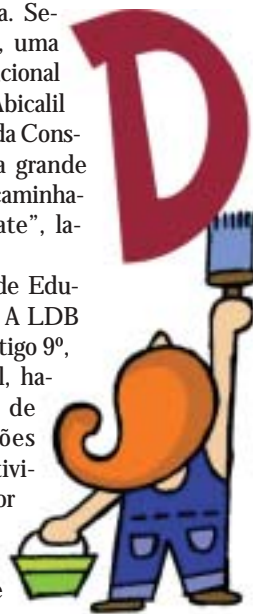
O Conselho Nacional de Educação é outro ponto de crítica. A LDB diz, no primeiro parágrafo do artigo 9º, que “na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas de supervisão e atividades permanentes, criado por Lei”. Cordão nos lembra que essa é a única referência explícita ao CNE. Ele explica que essa LDB praticamente não alterou os dispositivos da legislação anterior. “Podemos dizer que a atual LDB sub-assumiu o que havia sido definido pela Lei 9.131/95 (que criou o Conselho e definiu suas incumbências), de modo especial as suas funções normativas”, explica. E opina: “Eu preferiria que a LDB tivesse dedicado um capítulo especial ao CNE e que valorizasse mais o Conselho Pleno do que a atuação isolada das duas Câmaras, como ocorre hoje”. Já Zuleide lamenta ter-se perdido a oportunidade de fazer do Conselho Nacional de Educação um órgão realmente de controle social. “O Fórum

Nacional em Defesa da Escola Pública e muitos parlamentares progressistas defendiam um Conselho que não fosse órgão de assessoramento do Ministro e sim a ‘cabeça pensante’ maior, uma instância normatizadora, obrigatoriamente voltada para orientar todo o Sistema Nacional em seus vários níveis e modalidades”, lembra. Saviani concorda: “O que se pretendia era instituir uma instância de representação permanente da sociedade civil para compartilhar com o governo a formulação, acompanhamento e avaliação da política educacional”, diz ele, no artigo ‘A nova LDB: limites e perspectivas’.

E o que há de melhor na LDB? Jailson dos Santos aponta, por exemplo, o fato de a educação básica passar a englobar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A criação de mecanismos de avaliação externa tam-

bém merece elogios, na opinião do professor, mas com uma restrição: o fato de ser um processo de mão única. “Quem avalia as ações do MEC?”, pergunta. Por fim, ele também acha um avanço as escolas poderem elaborar o seu próprio Projeto Político Pedagógico. Mas, identificando um hiato entre a lei e a prática, ele questiona: “Será que os professores, que devem participar dessa criação, têm na cabeça um projeto de educação sistematizado para a escola?”. Junto com a descentralização em relação aos entes federados, esse

é o primeiro ponto que Francisco Cordão também destaca como positivo. “A LDB radicalizou a descentralização em relação à escola e seus docentes, no âmbito dos respectivos projetos pedagógicos das escolas e dos planos de trabalho dos docentes, expressões máximas da autonomia da instituição educacional no desempenho de sua tarefa de ‘zelar pela aprendizagem dos alunos’”, opina. Outro ponto que ele destaca é o deslocamento da ênfase do ensino para o processo de aprendizagem. Já o secretário-adjunto da Setec/MEC chama atenção para a universalização do ensino funda-



mental, já que a LDB o torna obrigatório. Zuleide cita vários pontos isolados, mas sempre com ressalva. “Mesmo com o reducionismo feito na última versão do texto da LDB, podem ser considerados um avanço em relação ao ordenamento jurídico da área: o conceito de educação básica; a explicitação da destinação de recursos para a escola pública; a proposta de uma regra definindo períodos para o repasse de recursos, abrindo espaço para o controle social; a exigência do estudo específico sobre a formação do nosso povo; a explicitação de uma formação a distância e da educação indígena, dentre outros”, enumera.

### Educação Profissional

A Educação Profissional merece um capítulo a parte na discussão sobre a LDB. Até porque, para os militantes que apoiavam aquela primeira versão de lei apresentada na Câmara, a derrota em relação à Educação Profissional se completou mesmo um ano depois, com a emissão do Decreto 2.208, que separou o ensino médio da formação profissional (ver págs. 15 e 16). Zuleide resume a crítica, resgatando os princípios que estavam na base daquele primeiro projeto, de inspiração marxista: “O conhecimento científico e tecnológico, bem como o trabalho, fazem parte do ser e do viver das pessoas. Foram nossos artesãos que nos ensinaram as primeiras técnicas do pensar e fazer conjuntamente. Portanto, essa divisão foi criada pela distinção mercantilista criada entre as pessoas e as classes sociais, ou seja, aperfeiçoar o pensar para os ricos e ensinar a fazer para os pobres. Não entendo que forçosamente o saber tenha que ser homogeneizado, mas deixemos que cada um escolha em que se aprofundar. A obrigação do Estado e da sociedade é proporcionar a todos essa possibilidade de escolha”, diz.

É bem verdade que a LDB incluiu, de forma inédita, um capítulo sobre a Educação Profissional. E esse é um dos avanços unanimemente reconhecidos dessa legislação. Mas trata-se de uma referência genérica, que não define, por exemplo, de que ente federado é a responsabilidade sobre esse segmento. Acabam valendo interpretações pessoais, que variam, sobretudo, de acordo com uma visão mais ou menos integra-

da da Educação Profissional com o ensino médio. E aí chega-se ao ponto mais polêmico de toda essa história. “Essa fragilidade da lei tem favorecido aqueles que lêem os artigos de uma forma fragmentada”, avisa Zuleide. E explica: “Se a Educação Profissional deve acontecer integralmente, dentro do sistema de educação, não há dúvida: deve ser incluída na mesma divisão de responsabilidades da organização do ensino”.

O problema é que essa premissa de que a Educação Profissional deve se dar de forma integrada com o ensino médio (ou com a Educação de Jovens e Adultos) não foi consenso nem na legislação durante esses últimos dez anos. O texto da LDB diz, em seu artigo 39, que “A Educação Profissional, *integrada* às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Já o artigo 40 determina que ela “poderá ser desenvolvida em *articulação* com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instruções especializadas ou no ambiente de trabalho”. Um ano depois, veio o Decreto 2.208, que proibiu a realização do ensino médio integrado à Educação Profissional. Com quem ficou, então, a responsabilidade pela Educação Profissional? “A LDB é omissa em relação a esse particular”, diz Francisco Cordão. Mas arrisca uma “interpretação pessoal”: “Como a Educação Profissional corre paralelamente aos níveis de ensino, entendo que as incumbências dos estados e do distrito federal se concentram nos programas desenvolvidos no nível da educação básica e a União fica incumbida da Educação Profissional desenvolvida no nível da educação superior”.

Para Cordão, a Educação Profissional merece também um destaque positivo para a LDB. “Outro avanço significativo, que se deu muito mais pela ativa ação normativa do CNE, foi em relação à diversidade de ações de Educação Profissional, atingindo, de modo especial, também os trabalhadores, jovens e adultos, que se encontravam em tanto marginalizados do sistema educacional”, opina.

### Hora de avaliar?

“Rever a LDB para colocar o que no lugar?”. Essa é a pergunta que Jailson dos Santos faz quando ouve falar da proposta de avaliar essa legislação. “Qual a proposta de LDB do atual governo?”, completa. Embora ache que a realização de uma Conferência Nacional de Educação é muito bem-vinda, ele alerta que é preciso ter clareza de qual a concepção de educação que vai sustentá-la. Mais do que isso, Jailson não acredita que exista espaço político hoje, principalmente no Congresso Nacional, para uma mudança significativa, no sentido do que ele considera uma proposta mais progressista de educação — tal como, na sua opinião, aconteceu em 1988. “O perfil do Congresso mudou muito pouco. Basta lembrar que Paulo Renato Souza, que foi ministro da educação e expoente máximo da reforma educacional do governo FHC, hoje é deputado federal”, exemplifica.

De qualquer forma, para Getúlio, da Setec/MEC, não se trata de construir uma nova LDB. “Mas é necessária uma revisão dos avanços e retrocessos da educação nacional nesse período de vigência da lei”, explica. Francisco Cordão é ainda mais reticente quanto a mudanças. “Não tenho a menor dúvida de que é hora de avaliar. O que não é mesmo é hora de mudar a legislação vigente, ainda em processo de implementação de suas propostas, sem avaliar adequadamente seus resultados, positivos e negativos”, opina. Zuleide tem outra opinião. “A LDB já tem conceitos superados e formas de gestão mudadas com a prática da sociedade dez anos depois. Tudo isso, sem dúvida, leva a uma necessidade de que o Estado e a sociedade avaliem sua atuação e os resultados positivos e negativos que têm sido produzidos na educação brasileira”, diz, e informa que a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados já está fazendo um estudo nesse sentido.

Jailson lembra ainda que o Plano Nacional de Educação foi criado pela legislação atual exatamente para avaliá-la. Mas a primeira avaliação deveria ter acontecido em 2005. Portanto, caminhos são o que não faltam para se visitar a LDB. ■



## ETSUS Blumenau: 50 anos dedicados à formação de profissionais de saúde

Na cerimônia de aniversário, a Escola anunciou a construção de seu novo prédio

No dia 14 de dezembro, a Escola Técnica de Saúde de Blumenau comemorou seu aniversário de 50 anos. Participaram das atividades cerca de 500 pessoas, dentre elas alunos atuais e já formados, professores, autoridades e todos os profissionais envolvidos nos trabalhos desenvolvidos pela Escola nesse período.

O evento começou às 7h30 da manhã com o *show* da Banda Municipal de Blumenau e com atividades especiais – como caminhada e alongamento – para os 250 idosos participantes do Programa de Prevenção das Doenças Cardíacas que a Escola desenvolve em três bairros de Blumenau. Ex-alunos do curso de THD, que hoje formam um grupo de teatro e apresentam em escolas peças sobre educação em saúde, também fizeram uma exibição.

Em seguida, foi feita uma retrospectiva dos 50 anos da ETSUS, com mostra de fotos e relato de cursos e trabalhos realizados pelos alunos nesse período. A professora Maria Selma Grosh, da Fundação Universidade Regional de Blumenau, palestrou sobre 'A importância da pedagogia para a Saúde'. Em sua fala, elogiou a integração ensino-serviço desenvolvida pela Escola e o estímulo dado aos alunos para que se interessem por atividades lúdicas, como dramatizações e teatro. "As mudanças sociais acontecem com maior frequência e mais facilidade quando os profissionais podem discutir no serviço os assuntos abordados em sala de aula", disse.

A ETSUS aproveitou a ocasião para realizar a formatura de 203 Agentes Comunitários de Saúde do município de Blumenau, as sete últimas turmas das 26 concluídas em 2006. Os alunos expuseram trabalhos feitos durante o curso e apresentaram uma peça sobre o combate à dengue. O secretário muni-

cipal de saúde, Nilton Mota, esteve presente na entrega dos diplomas e parabenizou a instituição pelo aniversário e pela formação dos ACS. Os representantes dos municípios em que houve turmas do curso também compareceram.

### Trajетória

Desde a sua criação, em 1956, até 1992, a Escola Técnica de Saúde de Blumenau ofereceu apenas o curso de Auxiliar de Enfermagem. Não é a toa que seu nome só deixou de ser Escola de Auxiliar de Enfermagem de Santa Catarina em abril de 1997, ano em que iniciou o curso de Auxiliar de Consultório Dentário (ACD).

Em 1998, a Escola elaborou o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), uma construção coletiva que, além da equipe técnica, contou com a participação de alunos, ex-alunos e profissionais de todos os setores da saúde. "O PPP formaliza o compromisso da ETSUS com a comunidade de Blumenau", disse Cláudia Lange, diretora da Escola. Segundo ela, o objetivo da ETSUS é qualificar profissionais da saúde e estimular sua participação produtiva na vida social, como cidadão e trabalhador. "Esta instituição de ensino visa formar o indivíduo para exercer a cidadania, desenvolvendo suas potencialidades e levando-o a reconhecer-se como ser histórico-social, reflexivo e ativo", explicou.

Atualmente, a Escola realiza também os cursos de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, e



Técnico em Enfermagem, além de ACS, ACD e THD. Vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, a instituição atende 14 municípios da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI). Ao todo, 3.124 profissionais já foram formados pela ETSUS. Isso sem contar as capacitações mais rápidas, voltadas para os servidores municipais de saúde de Blumenau, sobre temas diversos, como integração de equipes, ambulatório geral e cuidadores de idosos.

Além de ter completado cinco décadas de trabalho voltado para a formação dos profissionais de saúde, a Escola teve outro motivo importante para comemorar: a assinatura de um convênio com o Ministério da Saúde para o início da construção da sua sede. Hoje, a ETSUS ocupa o segundo andar da Secretaria Municipal de Saúde, mas já esteve anteriormente em outros locais provisórios, como o Sindicato do Comércio e o Hospital Santo Antônio, dos quais precisou sair por causa de enchentes.

Em seu discurso de encerramento do evento, Cláudia falou da importância de a Escola integrar a RET-SUS e anunciou que as obras do novo prédio, que será financiado com recursos do Profae, começarão este ano. ■



## Escola de Saúde Pública de Minas Gerais ganha novas instalações

### Instituição também aumentou o orçamento para a Educação Profissional

**C**riada em 1946, no ano seguinte a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) abriu suas portas apenas com os cursos de malariologia e saúde pública. Hoje, 60 anos depois, a ESP-MG oferece 121 cursos, dos quais 13 são de Educação Profissional. E, para comemorar mais de meio século de trabalho, a Escola foi reinaugurada no último dia 11 de dezembro, depois de passar por uma reforma de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

Participaram da cerimônia o secretário estadual de saúde, Marcelo Teixeira, o presidente da Fundação Ezequiel Dias (Funed), Carlos Alberto Pereira Gomes, o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público de Minas Gerais, Antônio Joaquim Neto, o diretor da ESP-MG, Rubensmidt Ramos Riani, além de funcionários da Escola. Para iniciar a festa, o coral do Instituto São Rafael, formado por deficientes visuais, cantou o Hino Nacional e músicas folclóricas. Já o violeiro Isac Barbosa Silva, do município de Maringá (MG), apresentou um repente sobre a ESP-MG. Para lembrar os 60 anos da Escola, pessoas que fizeram parte da história da instituição receberam placas comemorativas. Também foram presenteados com as placas Rubensmidt Riani, Marcelo Teixeira e Carlos Alberto Pereira, que também é ex-aluno da Escola.

#### Mais recursos para os técnicos

A ESP-MG nasceu quando o Departamento Estadual de Saúde, órgão da então Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública, foi reorganizado, trouxe para o seu âmbito o Departamento do Instituto Químico

Biológico – hoje, Funed – e criou, entre outros órgãos, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, que deveria formar especialistas para a saúde no estado. Se os primeiros alunos da ESP foram médicos interessados nos cursos de pós-graduação, já em 1949 a Escola começou a oferecer cursos de nível médio, como guarda sanitário, educadora sanitária e curso de dietista. Em 1992, deu início à descentralização das suas atividades, com o curso de Auxiliar de Enfermagem e atualmente, atende cerca de 800 municípios do estado.

Para o secretário estadual de saúde, a ESP-MG sempre esteve na vanguarda da Reforma Sanitária. “A Escola de Saúde Pública desenvolve seu trabalho alicerçada em valores como defesa e promoção de vida, transformação e modernidade, respeito e compromisso com seus funcionários, alunos e com a população do estado. É uma instituição que não se atém simplesmente a treinar seus alunos, mas sim a formá-los para que possam realizar um trabalho de qualidade”, afirmou. O presidente da Funed salientou que a “nova” ESP-MG dará melhores condições de trabalho para seus funcionários, mais conforto aos alunos e, consequentemente, uma melhor qualidade da saúde pública para a população mineira. “A ESP é uma das mais importantes ferramentas para a construção do SUS em Minas Gerais”, disse.

A Escola agora conta com mais três salas de aula com capacidade para 50 alunos, novo piso, mobiliário, rede elétrica e hidráulica, além do auditório Dario Tavares, com 133 lugares, e de um mini-auditório para 60 pessoas,



Sala de aula ontem e hoje



tudo isso custeado com recursos do Tesouro Estadual. A Escola também ganhou da Secretaria Estadual de Saúde 21 computadores e comprou outros 54, dos quais 14 foram para o laboratório de informática.

O diretor da Escola lembrou que, além de instalações novas, a ESP-MG também conquistou mais recursos para o orçamento da Escola. “Nos últimos quatro anos, nossa verba passou de R\$ 1 milhão para R\$ 17 milhões anuais, que são investidos na educação em saúde”, comemorou. Desse montante, a instituição utiliza R\$ 14 milhões com os cursos técnicos – Agente Comunitário de Saúde, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental são os que atualmente estão em andamento no estado – e o restante com a pós-graduação em saúde pública. ■

## Escola do Mato Grosso do Sul inaugura sede própria

Novo nome da ETSUS homenageia Ena de Araújo Galvão

São 1.941 metros quadrados de área construída que abrigam laboratórios de enfermagem, esterilização, informática, nutrição, práticas odontológicas, análises clínicas, além de sete salas de aula, uma sala de multimídia e uma biblioteca. O novíssimo prédio da Escola Técnica do SUS Prof<sup>a</sup>. Ena de Araújo Galvão, do Mato Grosso do Sul – construído com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) –, foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2006. Estavam presentes à cerimônia o coordenador de desenvolvimento de recursos humanos em saúde coletiva do estado, Milton Miranda Soares, o representante do Ministério da Saúde, Carlos Spezia, o representante da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Marcos Mandelli, Evelyn Cafure, diretora da ETSUS, alunos e professores da Escola, além da coordenadora de ações técnicas da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES), Ena Galvão, que dá nome à Escola.

Para iniciar o evento, Milton Soares falou sobre o trabalho desenvolvido pela instituição e ressaltou a importância de a Escola ter o nome de Ena Galvão. Segundo Evelyn Cafure, Ena foi eleita por unanimidade pelos técnicos, alunos e professores da ETSUS como homenageada. “Fizemos uma reunião para escolher três nomes, mas todos citaram a Ena. Seu nome foi eleito por ela apoiar pedagogicamente os projetos dos cursos propostos e realizados pela ETSUS, pelos seus serviços de cooperação técnica ao estado na sensibilização política a respeito da importância da Educação Profissional em Saúde, pela sua luta na inserção de projetos importantes em



Ena e equipe da Escola

nível nacional e por ser uma mulher simples, dedicada e batalhadora. Quando o documento para a aprovação da criação da Escola Técnica do SUS foi enviado para o governador, anexamos a lista com cerca de 300 assinaturas em adesão ao nome da professora Ena”, explicou a diretora, que se comprometeu, junto com sua equipe técnica, a seguir os passos de Ena. “Queremos desenvolver a Educação Profissional em Saúde com dedicação, competência e ética”, disse a diretora.

Em seguida, Evelyn entregou à professora o livro ‘E por falar em Ena Galvão...’, com depoimentos de pessoas que conhecem seu trabalho, como o ministro da saúde, José Agenor Álvares da Silva, o secretário de gestão do trabalho e da educação na saúde, Francisco Campos, representante da área de recursos humanos da Opas, José Paranaguá de Santana, além de seus familiares e amigos. “Eu me sinto não só lisonjeada, mas vivendo uma plenitude profissional. A Escola publicou depoimentos de pessoas que me são muito caras. Confesso que no primeiro momento senti falta da fala da ETSUS. Depois fiquei pensando e sei exatamente o que cada uma gostaria de falar. Por essa razão, dedico às Escolas Técnicas parte dessa vitória, pois

sem a contribuição de todas, jamais teria chegado aonde cheguei”, disse.

Carlos Spezia discursou sobre a importância do trabalho de Ena Galvão para a Educação Profissional. E Marcos Mandelli entregou para a homenageada o troféu ‘Gente que faz Saúde’, que é oferecido apenas para profissionais comprometidos com a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos na área da saúde. Para encerrar a cerimônia, o secretário estadual de saúde, Matias Gonsales Soares, falou sobre a importância da ETSUS para o estado do Mato Grosso do Sul. Em seguida, Matias e Ena desataram a fita de inauguração do prédio e visitaram os laboratórios e as salas de aula. Segundo Evelyn, as novas instalações iniciam uma nova fase para a Escola, que desde sua criação, em 1986, quando ainda se chamava Centro Formador de Recursos Humanos para Saúde, ocupava o mesmo espaço que a Escola de Saúde Pública – as duas instituições são vinculadas à Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde Coletiva, da Secretaria Estadual de Saúde.

Ena, que participou da criação da Escola, explica que isso não foi problema. “No Mato Grosso do Sul, foram respeitadas as especificidades de uma Escola Profissional, convivendo harmoniosamente no mesmo espaço físico da Escola de Saúde Pública, mas mantendo características regimentais da Escola Técnica”, disse. Mas hoje, depois de ter formado mais de 7400 alunos, a ETSUS finalmente ganha sede própria. “Esse novo espaço dará à Escola mais visibilidade e, sem dúvida, consolidará o trabalho relevante que ela vem fazendo ao longo desses anos”, prevê a homenageada. ■

## ETSUS Pará é inaugurada pela segunda vez

Escola já funcionava, mas só foi reconhecida por lei em 2005

Aconteceu, no dia 22 de dezembro de 2006, a inauguração da Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres. Apesar de a Escola já estar em funcionamento desde outubro de 2004, quando foi inaugurada pela primeira vez e passou a ocupar o prédio atual, o objetivo do evento foi comemorar o seu reconhecimento por lei, que só se realizou em 25 de janeiro de 2006. Estiveram presentes na cerimônia alunos, professores, a diretora da ETSUS, Mytsi Nunes, a vice-governadora do estado, Valéria Franco, o secretário estadual de saúde, Fernando Dourado, o secretário-adjunto, Jessé Guimarães Júnior, e o médico, professor e cientista Manuel Ayres, que deu nome à instituição. Escolhido unanimemente como homenageado por servidores da Secretaria de Saúde do estado e da ETSUS, Manuel agradeceu, dividindo a honraria com os demais integrantes da Secretaria de Saúde.

O processo de implantação da Escola já acontece desde 2001, quando começaram a ser realizadas oficinas, com a participação dos Ministérios da Saúde e da Educação, para capacitar profissionais da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará (Sespa). Em 2003, esses servidores foram oficialmente reunidos em um Grupo de Trabalho (GT). Segundo Mytsi, esse processo foi de muita luta e dedicação para a equipe da instituição. “Eu mesma não acreditava que pudesse levar à frente um projeto tão ousado e de tamanha magnitude”, confessou, agradecendo aos técnicos pelo empenho e às demais pessoas pela confiança nela depositada. A diretora, que teve sua trajetória elogiada por Fernando Dourado,

disse que uma estratégia política importante para acelerar a legalização da Escola foi ter sediado a primeira reunião regional da RET-SUS no Norte, em dezembro de 2005.

Nesse período de implantação, ocorreu também a reforma da sede da Escola, que conta com três salas de aula com ar-condicionado, um auditório de 50 lugares, um laboratório de Informática, dois que ainda estão sendo equipados – de Enfermagem e de Odontologia –, e uma biblioteca, localizada no prédio em anexo.

### Cursos e realizações

Os dois últimos anos foram mesmo de muito trabalho para a ETSUS Pará. Em 2005, com o GT lotado na própria Escola, foram organizados debates, palestras e oficinas para a capacitação dos novos técnicos, com a participação de profissionais da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (SGTES), do Ministério da Saúde. Nesses encontros, foram abordados temas gerais, como o que é o SUS e a missão de uma Escola Técnica. Também nesse ano, a equipe da Escola elaborou o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o regimento interno, com o apoio do Ministério da Saúde, que fez análises e propôs modificações. Foi realizada, inclusive, uma oficina de trabalho, com o objetivo de mobilizar formadores e outros parceiros para cooperar no processo de implantação do PPP.

Em 2006, já existindo oficialmente, a Escola Técnica do SUS do Pará – ainda com o nome antigo – ofereceu cursos de qualificação, agora também para profissionais das Secre-



tarias de Saúde do estado, de Organizações Não-Governamentais e de outras instituições, como Instituto Médico Legal, Polícia Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros. As áreas abordadas foram regulação, controle, avaliação e auditoria do SUS, doação de órgãos e tecidos, vigilância sanitária, prevenção da AIDS e inclusão digital.

Ainda no ano passado, a ETSUS elaborou os planos dos cursos de Técnico de Higiene Dental e de Agente Comunitário de Saúde. Agora a Escola aguarda a liberação dos recursos do Ministério da Saúde para dar início às aulas. Atualmente, estão em andamento duas turmas do Proformar (Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde), com 25 alunos da região metropolitana de Belém cada. Esse curso começou em setembro do ano passado e deve terminar em fevereiro, quando a ETSUS pretende abrir turmas descentralizadas. Até hoje, a instituição já formou 17 turmas do Proformar em todo o estado. ■

## ETESB forma a primeira turma de técnicos em Enfermagem

Aconteceu, no dia 16 de dezembro, na Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB), a formatura de 31 alunos que terminaram a complementação do curso Técnico em Enfermagem. A cerimônia de entrega dos certificados contou com a presença da coordenadora do curso, Célia Felipe, da diretora da Escola, Asenath Farinasso, da diretora executiva da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), Rosângela Watanabe, do presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal, João Cardoso, do diretor do Centro de Pesquisa e Estudo em Enfermagem da Associação Brasileira de Enfermagem do Distrito Federal, Rinaldo Neves, e da professora da ETESB Dirlene Coelho, madrinha dos formandos.

O terceiro módulo do curso teve duração de seis meses, o que corresponde a 500 horas-aula, divididas em uma parte teórica (concentração), desenvolvida em sala de aula e em laboratórios simulados, e em partes práticas (dispersão), que abrangem a observação nas comunidades e o estágio em serviço. Segundo Asenath, a ETSUS implantou uma



nova matriz curricular do curso técnico. “A proposta do currículo integrado e da metodologia da problematização permite a integração entre ensino, serviço e comunidade, e a inserção precoce do aluno na sua área de atuação”, explicou. A diretora da Fepecs elogiou a iniciativa da Escola, lembrando que 65% dos alunos são trabalhadores. “A aproximação do trabalho com a comunidade é importante para a melhoria da técnica e para a mudança de valores e de atitudes éticas, sempre em busca da humanização”, disse.

Em fevereiro deste ano, começa mais uma turma da complementação do curso Técnico em Enfermagem, que conta com 40 alunos, a maioria da comunidade, aprovada em processo seletivo, e outros conveniados da Polícia Federal. Uma terceira turma está prevista para agosto.

## EPSJV recebe Medalha do Mérito da Saúde

No dia 27 de dezembro de 2006, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) recebeu das mãos do então secretário estadual de saúde do Rio de Janeiro, Gilson Cantarino, a Medalha do Mérito da Saúde, concedida a instituições e profissionais que se destacam pela contribuição científica e técnica na área da saúde.

André Malhão, diretor da EPSJV, considera que a medalha fechou um ano

em que a instituição recebeu outras homenagens importantes, como a Medalha Tiradentes, oferecida pela Assembleia Legislativa do estado, e o título de melhor desempenho entre as escolas públicas do Brasil no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Vejo esta medalha como um elogio e um reconhecimento da qualidade na educação de técnicos em saúde desenvolvida na EPSJV”, declarou.

## ETIS abre novos cursos no segundo semestre de 2006

Em 2006, a Escola de Formação Técnica Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS) formou 1.271 alunos do primeiro módulo do curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde. Ao todo, 29 Centros de Execução Programática Descentralizados (CEPDs) – o equivalente a 32% do total de municípios do estado – foram contemplados.

No final de novembro, a ETIS iniciou mais 70 turmas dessa primeira etapa do curso – dez no Rio de Janeiro e as outras 60 em nove regiões administrativas do estado. Atendendo a um total de 2.042 alunos, todos trabalhadores da rede pública de saúde, a Escola elevou o percentual de municípios atendidos para 79,34%. As aulas têm duração de 400 horas e previsão de término para março de 2007. Em abril, mais 2.279 alunos começarão o curso.

No mesmo mês, a ETSUS começou mais quatro turmas da Complementação de Técnico em Enfermagem para 102 auxiliares de enfermagem. As aulas, dadas nos CEPDs Sede, Zona Oeste, Hospital dos Servidores do Estado (HSE) e Sociedade Beneficente Portuguesa de Campos (SBPC), têm duração de oito meses e carga horária de 760 horas. Já em outubro, a Escola abriu, no Hospital Geral de Bonsucesso, uma turma com 30 alunos do curso de Auxiliar em Enfermagem. As aulas terão duração de 1.200 horas.

Ainda em novembro, no dia 29, a ETIS concluiu uma turma de 16 alunos da Formação Inicial de Secretário Escolar, com 400 horas-aula. Neste ano, o curso deve continuar, visando certificar os alunos como técnicos em secretaria escolar.



## Seminário de Educação Profissional e Mostra de Formação Técnica no Cefope

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2006, o Centro de Formação Pessoal para os Servidores de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza (Cefope), no Rio Grande do Norte, promoveu o III Seminário de Educação Profissional e a I Mostra de Formação Técnica em Saúde, em parceria com as Secretarias de Saúde dos municípios do estado. Os eventos divulgaram a produção acadêmica de professores, alunos e coordenadores pedagógicos e discutiram a formação dos profissionais técnicos da saúde. “O Cefope é um espaço destinado à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais do SUS do Rio Grande do Norte. Por isso, quisemos promover debates e reflexões, visando ao exercício da cidadania e à melhoria da qualidade dos serviços da saúde”, afirmou a direção da ETSUS.

A abertura do evento contou com a presença de Adelmario Cunha Júnior, secretário de estado da saúde pública (SESAP/RN), Euzi Adriana, representante do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), e Marise Ramos, vice-diretora de ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que ministrou a palestra ‘A formação profissional de nível médio na área de saúde: tendências e desafios’. Marise mencionou a importância da integralidade como princípio unificador entre educação e trabalho em saúde, com o objetivo de superar a lógica da divisão social do trabalho. “Os currículos e planos de cursos devem ser organizados de modo que os profissionais de nível médio adquiram capacidades técnico-procedimentais, compreendam os princípios éticos, políticos, históricos e sociais do processo de trabalho e do mundo, e atuem nas microtransformações da sociedade”, enfatizou.

No segundo dia, o coordenador



Mesa-redonda no segundo dia do evento

do Núcleo em Saúde Coletiva (Nesc), Cirpiano Vasconcelos, palestrou sobre ‘A formação profissional na perspectiva da qualificação do SUS’. “Apesar de todas as dificuldades vivenciadas, devemos manter o ânimo e procurar contribuir para a transformação das práticas, a recomposição de saberes e a construção de projetos integrados de intervenção”, afirmou.

Cirpiano também mediou a mesa-redonda sobre a repercussão da formação técnica nos serviços da saúde, que trouxe a visão dos gestores para o debate. A proposta dos debates foi aprofundar as discussões entre os trabalhadores envolvidos com Educação Profissional. Desacomodação dos serviços, aumento da auto-estima dos trabalhadores, maior comprometimento com o SUS e melhoria da qualidade na assistência foram apontados pelos participantes como transformações que podem ser creditadas à formação técnica.

O evento também promoveu uma exposição de trabalhos e experiências dos alunos e professores do curso de Qualificação do Agente Comunitário de Saúde do Cefope, que formou, em 2006, 5.300 trabalhadores, divididos em 178 turmas de 167 municípios do estado. Houve ainda a apresentação de atrações culturais, como dramatizações, jograis, cordéis, paródias, peças de teatro, músicas, maquetes e vídeos.

## encontra

A Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis, da Bahia, e a Coordenação Geral de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS participaram, em dezembro de 2006, da Cooperação Técnica entre Países, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Panamericana de Saúde (Opas). A cooperação aconteceu por intermédio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), do Rio de Janeiro, que é Centro Colaborador da OMS para a formação de técnicos em saúde. A então diretora da ETSUS Bahia, Maria das Graças Tonhá, e a técnica do Deges, Maria Cecília Ribeiro, visitaram o Instituto Nacional de Saúde, no Paraguai, para trocar experiências sobre o curso Técnico de Enfermagem.

Durante dois dias de oficinas, Tonhá apresentou o plano de curso da ETSUS, explicou o que é a metodologia da problematização e qual era o perfil dos técnicos de enfermagem brasileiros. “O nosso plano de curso é bem diferente do deles porque trabalhamos os conteúdos por competência, enquanto eles usam disciplinas. Além disso, o plano de curso do Paraguai é único para todo o país e a carga horária é bem maior que a do Brasil. Um ponto que os interessou bastante foi a descentralização das nossas atividades”, conta.

Segundo Tonhá, no último dia do encontro foi feito um plano de trabalho que indicou a necessidade de uma pesquisa que levantasse o perfil do técnico de enfermagem para o Paraguai. “Depois que a escola realizar esse levantamento, o plano de curso será revisto e adequado à realidade atual”, explicou a ex-diretora da ETSUS.

## ETSUS Roraima participa da I Mostra de Produção em Saúde da Família

A Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima organizou, em parceria com a faculdade de Medicina da Universidade Federal de Roraima (UFRR), a I Mostra de Produção em Saúde da Família do estado, nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2006. O objetivo do evento foi promover o encontro dos profissionais das equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), que trocaram informações sobre as experiências vividas em suas áreas de atuação.

A ETSUS participou da discussão com a apresentação do trabalho 'Desafios para a Formação dos ACS em

Roraima', que aborda o processo de formação dos Agentes Comunitários de Saúde iniciado em 2006 no estado. A Escola explicou como se deu o envolvimento dos gestores, alunos e profissionais da saúde, e falou sobre as dificuldades enfrentadas. "A ETSUS está conseguindo realizar as etapas com êxito, considerando a heterogeneidade da formação dos ACS em Roraima. Esse processo será apenas o começo de todo o itinerário formativo desse importante profissional da atenção básica", afirmou a direção da Escola.

## ETSUS Tocantins realiza cursos de Brinquedista Hospitalar e de ACD

Nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, a Escola Técnica de Saúde do Tocantins, em parceria com a coordenação de humanização da Secretaria Estadual de Saúde, ofereceu o primeiro módulo do curso de Brinquedista Hospitalar para 25 trabalhadores, representantes de 14 hospitais públicos dos municípios de Palmas, Araguaína, Guaraí, Gurupí, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins e Miranorte.

O curso, criado para atender à demanda da lei 11.104, de 21 de março de 2005, que determina a criação de brinquedotecas nos hospitais de atendimento pediátrico, terá duração total de 120 horas. Essa primeira etapa foi de 33 horas e teve como facilitadores Aide Mitie Kuro, do Instituto da Criança (SP), Regina Penha Lucena, da Fundação da Criança (SP), além de colaboradoras da Secretaria de Saúde. Com o objetivo de tornar os profissionais aptos a cuidar e divertir as crianças internadas, foram discutidos conceitos como o perfil e o cotidiano do brinquedista hospitalar, a brinquedo-



Alunos no curso de brinquedista hospitalar

teca como espaço de inclusão social, a organização do trabalho e as necessidades das crianças. Além disso, foram construídos brinquedos e planejadas atividades lúdicas, como contos de história e peças de teatros.

A ETSUS realizou, também em novembro, a capacitação de 30 auxiliares de consultório dentário (ACD) dos municípios de Palmas e Miracema, divididos em três turmas. Os alunos assistiram a 40 horas de aulas, em salas da própria Escola e na sede da Associação Brasileira de Odontologia (ABO), localizada em Palmas. Os temas mais abordados foram biossegurança, ética e a manipulação de material.

## ERRAMOS

Na edição de dezembro de 2006, na matéria 'Formação profissional em saúde na Região Sudeste', a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde – São Paulo, que tem 55 ACS na subprefeitura Cidade Ademar/Santo Amaro, pertence ao município e não ao estado, como noticiado.

Na edição passada, um problema de diagramação fez com que a nota abaixo ficasse incompleta. Por isso, a publicamos novamente, a seguir.

## Cefor Osasco conclui I Etapa do curso de ACS

O Centro Formador de Osasco, em São Paulo, formou em dezembro de 2006 cerca de 500 alunos das 17 turmas da Etapa Formativa I do curso Técnico de Agente Comunitário. As aulas foram dadas por 227 profissionais capacitados pela Escola em 12 oficinas pedagógicas, entre maio e outubro de 2006. Em abril deste ano, quando mais 20 turmas serão concluídas, a ETSUS terá formado 1.042 ACS.

A ETSUS Osasco inovou ao ampliar para 450 horas a duração da Etapa Formativa I, que costuma ser de apenas 400. O objetivo foi, segundo Maria da Graça Lopes, diretora da Escola, acrescentar às 200 horas de teoria e 200 de prática, 50 horas de aulas teórico-práticas. "Esse módulo teórico-prático é o momento em que o aluno estuda teoria, mas não necessariamente dentro da sala de aula. Ele faz pesquisa e visitas externas. Tudo para enriquecer o aprendizado", explicou.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

*“Particular atenção dedicarei ao ensino técnico-profissional, artístico, industrial e agrícola que a par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporcione também instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos”.*

Não fosse pelo estilo mais rebuscado, que denuncia a idade, você poderia achar que essa foi uma frase do Ministro da Educação Fernando Haddad ou do Presidente Lula na recente campanha pela reeleição. Mas, acredite, o discurso acima foi feito por outro Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca — em 1910! Com quase 100 anos de distância, as duas falas apresentam os mesmos velhos desafios: a priorização da Educação Profissional e sua articulação com a formação geral.

É bem verdade que, naquela época, a expressão Educação Profissional não havia sido ainda legalmente assumida — o que só aconteceu em 1996, com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) —, embora já fosse defendido pelos militantes do movimento da Escola Nova, na década de 30. Pela definição de um dos decretos que regulamentou a LDB, Educação Profissional é o segmento que engloba três níveis de ensino: a formação inicial e continuada, que se refere a cursos de qualificação para o trabalho, em geral de curta duração; os cursos técnicos, que exigem o ensino médio; e os cursos tecnológicos de graduação ou pós-graduação, que são de nível superior, mas têm duração, estrutura e objetivos específicos. Para se ter uma idéia do que isso significa na nossa vida cotidiana, cerca de 54% dos trabalhadores do SUS são de nível auxiliar ou técnico. Auxiliares de enfermagem, auxiliares de consultório dentário, agentes comunitários de saúde, técnicos em enfermagem, higiene dental, biodiagnóstico e vigilância sanitária são exemplos de profissionais formados nesse segmento.

### No Brasil e na Saúde

A história da Educação Profissional em Saúde é muito marcada, desde a origem, pela área de enfermagem. As primeiras legislações nesse campo são da década de 40 e referem-se à formação técnica dos então chamados práticos de enfermagem, seguidos pelos auxiliares de enfermagem. Mas só se despertou para a importância da formação de técnicos de nível médio em saúde a partir dos anos 60. De um

lado, começava-se a discutir a questão dos recursos humanos na área da saúde. De outro, acreditava-se no crescimento do mercado de trabalho em saúde, já que o Brasil vivia os tempos do presidente Juscelino Kubitschek e seu ‘milagre econômico’. Depois, nos anos 80 veio o Larga Escala e, na década seguinte, o Projeto de Formação dos Trabalhadores da Área de Enfermagem, nacionalmente conhecido como Profae.

colado no fazer, sem a mediação da escola. Ela nos conta que, por isso mesmo, alguns autores apontam a industrialização como um marco nessa história. “Manacorda, por exemplo, diz que a escola nasceu junto com a fábrica”, explica, referindo-se ao autor italiano.

A presença da escola fez toda diferença nos rumos da Educação Profissional também na área específica da Saúde, no Brasil. O primeiro grande incentivo à formação em massa dos trabalhadores de nível auxiliar e técnico em saúde no país foi o Projeto Larga Escala, idealizado e coordenado pela enfermeira Izabel dos Santos nos anos 80. Claro que antes disso as pessoas se qualificavam no trabalho, aprendiam com os erros e acertos da prática cotidiana. Mas para transformar a Educação Profissional em Saúde numa política pública que modificasse a realidade do sistema, o projeto previu a criação de uma Escola em cada estado brasileiro, para que os trabalhadores aprendessem fazendo, inseridos nos serviços, mas contando com a estru-

colado no fazer, sem a mediação da escola. Ela nos conta que, por isso mesmo, alguns autores apontam a industrialização como um marco nessa história. “Manacorda, por exemplo, diz que a escola nasceu junto com a fábrica”, explica, referindo-se ao autor italiano.

A presença da escola fez toda diferença nos rumos da Educação Profissional também na área específica da Saúde, no Brasil. O primeiro grande incentivo à formação em massa dos trabalhadores de nível auxiliar e técnico em saúde no país foi o Projeto Larga Escala, idealizado e coordenado pela enfermeira Izabel dos Santos nos anos 80. Claro que antes disso as pessoas se qualificavam no trabalho, aprendiam com os erros e acertos da prática cotidiana. Mas para transformar a Educação Profissional em Saúde numa política pública que modificasse a realidade do sistema, o projeto previu a criação de uma Escola em cada estado brasileiro, para que os trabalhadores aprendessem fazendo, inseridos nos serviços, mas contando com a estru-

tura e o saber educacional. Nasciam, assim, as Escolas Técnicas do SUS.

### Escola e serviço, pensar e fazer

O papel da escola ao longo da História ajuda a entender também os principais desafios da Educação Profissional ainda hoje. No mundo como um todo, foi só com a Revolução Industrial, por exemplo, que a escola passou a transmitir conhecimentos técnicos e profissionais. Antes, ela cuidava apenas da formação intelectual e delegava a outras instituições a preparação para o trabalho. E, embora isso pareça coisa de um passado remoto, basta reler o discurso de Hermes da Fonseca que abre esta matéria ou algumas declarações de campanha do Presidente Lula para perceber que, apesar de essa separação espacial ter sido superada, a divisão que, segundo muitos autores, ela representa — entre uma parcela da sociedade formada para pensar e dirigir e outra formada para trabalhar e obedecer — continua atual.

Aqui no Brasil, o ensino profissional também só começou a ganhar importância no século XIX, com a primeira iniciativa de desenvolvimento industrial no país. Daí em diante, foi alvo de várias leis e de diferentes instituições — Colégios de Fábrica, Liceus de Artes e Ofícios, Escolas de Aprendizes e Artífices, etc —, mas sempre entendido como tipo de trabalho (e de formação) próprio para os mais pobres. “O ensino profissional, desde o período imperial, havia sido inteiramente marginalizado em relação à educação secundária, tendo em vista que o primeiro estava destinado a formar indivíduos para o trabalho manual, enquanto o segundo destinava-se às elites, isto é, aos que ocupariam as funções de dirigentes”, nos conta Jailson dos Santos no artigo ‘A trajetória da Educação Profissional’, que faz parte do livro ‘500 anos de educação no Brasil’.

Os anos 30 foram particularmente importantes para a Educação Profissional no Brasil. Isso porque um país industrializado, como pretendia o governo de Getúlio Vargas, precisava de mão-de-obra formada. Foi nesse contexto, já na década seguinte, que foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), primeira instituição do Sistema S.

A separação entre o ensino

profissionalizante e o secundário (equivalente ao atual ensino médio) era tanta que durante muito tempo eles foram responsabilidade de ministérios diferentes. Na década de 40, a legislação chegou a proibir que um técnico prestasse vestibular para um curso de nível superior que não fosse diretamente relacionado com a sua formação — quem tivesse feito o secundário de formação geral poderia se candidatar a qualquer curso, porque seguiria uma formação acadêmica e não profissional. Isso acabou com a LDB de 1961 e, dez anos depois, uma nova Lei (5.692) foi mais radical e obrigou todas as escolas de segundo grau a oferecerem o ensino técnico. Uma mudança total aconteceu em 1997, com o Decreto 2.208, que regulamentou a parte da nova (e atual) LDB que tratava da Educação Profissional. Se a Lei 5.692 buscou a integração pela força, esse decreto — que foi revogado em 2004 — caminhou para o sentido oposto, proibindo a realização do ensino médio e do técnico de forma integrada.

Para Ana Margarida, embora com ações aparentemente contrárias, essas duas legislações tiveram funções e conseqüências muito parecidas. “A Lei 5.692 parecia que tornava todos iguais, mas não foi bem assim que as coisas aconteceram. A profissionalização compulsória foi uma estratégia para conter o acesso à universidade. Era como se dissessem: ‘você já está profissionalizado, vá trabalhar, não precisa de curso superior’. Mas essa obrigatoriedade atingiu principalmente a escola pública, que foi esvaziada da sua função de formação geral e, sem recursos, teve que dar conta, de forma precária, da profissionalização. Já as instituições privadas criaram formas de ‘burlar’ a legislação e investiram mais na formação geral. O resultado é que a separação entre classes se manteve: para os pobres, a formação para o fazer; para os ricos, a formação para o pensar. Nos anos 90, o Decreto 2.208 veio assumir explicitamente essa dualidade”, analisa.

A relação entre escolarização e ensino profissional foi, junto com o financiamento, o ponto de maior discussão na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional, realizada pelo Ministério da Educação entre 5 e 8 de novembro do ano passado, e que você acompanhou pela edição 23 da Revista RET-SUS. Mas, embora a Educação de Jovens e Adultos (EJA) esteja presente nas propostas de políticas, essa discussão acaba se concentrando na integração entre ensino médio e educação profissional para jovens em idade escolar. “O sistema educacional se orientou sempre pela faixa etária ideal. A Educação prepara os alunos sem tanto compromisso com o trabalho diretamente. Com isso, a profissionalização do trabalhador adulto acabou sendo delegada a outros sistemas e ministérios, como o do Trabalho ou o da Saúde”, opina Ana Margarida.

Diante dessa realidade, como não reforçar a dualidade do ensino? Para a pesquisadora, um ponto imprescindível é a forte integração entre a Educação e essas outras áreas específicas no nível das políticas públicas. Isabel Brasil, vice-diretora de pesquisa da EPSJV, chama atenção para o fato de que a integração deve se dar desde a construção do conhecimento. “Na formação, os conceitos de educação e trabalho precisam se falar, dialogando também com as especificidades de cada área, como a saúde, por exemplo”, explica. Para ela, uma das premissas do combate à dualidade do ensino é garantir, nos projetos educacionais — que por sua vez se traduzirão tanto em teorias das áreas de conhecimento científico quanto nas práticas —, que a Educação Profissional seja parte de um projeto voltado para a formação humana. Isso requer, segundo Isabel, que os currículos escolares mostrem que o conhecimento a ser ministrado deve contemplar tanto as ciências humanas quanto as da natureza; que tenham uma concepção de ciência para além da abordagem instrumental; e que sua abordagem do trabalho em saúde seja capaz de relacionar suas especificidades com as relações sociais. A pesquisadora acha ainda necessário que os currículos das escolas de ensino médio e EJA promovam mais discussões sobre o trabalho e sua relação com a sociedade.

E essas medidas eliminam a dualidade que marca, desde os primórdios, a Educação? Isabel responde: “Claro que não! Podemos apenas amenizá-la e combatê-la porque, no capitalismo, a Educação vai sempre refletir a sociedade de classes em que vivemos”. ■